

EDITORIAL

Apresentamos o volume 3, número 1 da Revista Serviço Social em Debate, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais –Unidade de Carangola. A presente edição da revista, intitulada “*Temas contemporâneos sobre direitos e proteção da criança e do adolescente*”, tem por objetivo socializar análises teóricas e reflexões no âmbito das práticas, a partir de diversos olhares. No atual contexto, marcado por imensos desafios agravados em função da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), observam-se retrocessos no campo dos direitos humanos, assim como impactos concretos nas vidas de toda a população no Brasil e no mundo ao se aprofundarem as desigualdades sociais existentes. O aumento do desemprego, da pobreza e da fome vem sendo registrado, afetando diretamente as crianças e os adolescentes brasileiros, foco desta edição.

Vêm em boa hora as análises aqui reunidas no momento em que se celebra o trigésimo aniversário de dois importantes marcos da história recente dos direitos humanos da população infantil e adolescente: a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Marcos estes que provocaram profundas mudanças de paradigma no que tange às concepções vigentes de infância, ao introduzir a noção do direito à proteção integral das crianças e dos adolescentes.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente instaurou novos parâmetros para a política de atendimento a essa população, criando as bases para a formação do Sistema de Garantia de Direitos, buscando assegurar processos coletivos e democráticos de tomada de decisão por meio de diversos conselhos de direitos em paridade entre governo e sociedade civil. Reafirmando as prerrogativas desta lei, sucederam-se reordenamentos institucionais e revisões nas leis e diretrizes de políticas públicas.

Transformações de tal porte encontram forte resistência e levam tempo para que se solidifiquem. Após três décadas de sua promulgação, avalia-se que muito se avançou, porém longe do ideal no que tange a efetivação do paradigma de proteção integral. Violações dos direitos de crianças e adolescentes, na forma de múltiplas expressões de violência, abuso e exploração persistem, como demonstram as pesquisas que compõem essa edição. Face aos

desafios contemporâneos, agravados no atual contexto de pandemia e de desgoverno do país, vê-se intensificar a falta de priorização na agenda política brasileira de políticas públicas que possam debelar os impactos da pobreza e das desigualdades sociais.

Como parte da comunidade acadêmica, lugar a partir do qual nos expressamos, acreditamos que as reflexões contidas nos 12 artigos desta edição contribuem para o aprofundamento do debate no campo dos direitos humanos da população infantil e adolescente.

A primeira seção dedicada aos artigos temáticos, está constituída por diversos debates contemporâneos sobre direitos de proteção da criança e do adolescente, bem como desafios e contradições à consolidação desses direitos na atualidade, abordando os seguintes temas: exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, através das chamadas redes sociais digitais; a promoção dos seus direitos durante o acolhimento institucional, no contexto da pandemia; ameaças à educação não violenta e ao seu desenvolvimento integral diante dos cenários de crise do capital e das ações de distanciamento social com a pandemia; as expressões da questão social que afetam as vidas de adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional; o sentido do acolhimento para as famílias dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória; o processo de formação do grupo “Coletivo Geral Infâncias”, como movimento de construção de saberes sobre as infâncias de Belo Horizonte; a homossexualidade na adolescência, e o exercício da sexualidade como um direito que vem sendo violado; a dimensão do cuidado para as adolescentes em situação de rua com vistas ao enfrentamento da violência vivida por elas; e a implementação de serviços de atendimento sob a perspectiva de profissionais e gestores de saúde para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

A segunda seção da Revista, Temas Livres, inclui 3 textos que discutem resultados de pesquisas recentes. Os temas selecionados foram: Conhecer para cuidar, uma pesquisa amostral realizada nas dezessete cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes com foco crianças e adolescentes, com idades entre sete e dezoito anos em situação de rua e em acolhimento institucional; Da margem ao centro, uma reflexão sobre a visibilidade da infância em pesquisas da América do Sul, a partir da análise de produções científicas em países hispano-falantes do continente; e, por fim, uma pesquisa realizada em São Paulo sobre o direito à proteção social no processo de apuração do ato infracional

Em tempos particularmente desafiadores, onde se acirram as desigualdades sociais, gerando insegurança e falta de esperança, as reflexões como as que os autores nos brindam nesta edição servem de alento, ao debaterem problemas que afetam a muitos, sem deixar de contemplar as possibilidades para o fortalecimento e a ampliação dos direitos da população infantil e adolescente brasileira.

Esperamos que as reflexões ora reunidas possam agregar ao conhecimento de nossos leitores, despertando a motivação para novos estudos e contribuindo para o fortalecimento de espaços de resistência e participação social, tendo em vista práticas mais humanas de proteção às crianças e aos adolescentes em nosso país.

Adriana Alice Gomes de Barros, UEMG- Carangola, Curso de Serviço Social,
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas.

Irene Rizzini, PUC-Rio, Departamento de Serviço Social.